

## Relatório Mensal- JUNHO 2016

## BALANÇO SEMESTRAL 2016



*JUNHO 2016*

---

2

***Mesa Diretora***

***Antonio Donato***

Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

***Milton Leite***

1º Vice Presidente

***Edir Sales***

2º Vice Presidente

***Adolfo Quintas***

1º Secretário

***Adilson Amadeu***

2º Secretário

***George Hato***

1º Suplente

***Eduardo Tuma***

2º Suplente

***Dalton Silvano***

Corregedor geral

**OUVIDORIA**

**João Claudio Silva de Quintal**

Ouvidor do Parlamento

**Wilson Roberto Thomazini**

Ouvidor Adjunto do Parlamento

**Equipe Técnica**

Daiane Fernandes do Vale

Eliete Andreoli Padovani

Fátima Fungaro

Ronaldo Prado Farias

Wilson Roberto Santos

**Estagiários**

Alan Gabriel Teixeira (Gestão de Políticas Públicas)

Cintia Kelly Sena da Silva (Psicologia)

Camila Pereira dos Santos (Serviço Social)

Edmo Marcelo Salazar Oliveira (Psicologia)

Fernanda da Silva Santos (Jornalismo)

Jéssica Pereira dos Santos (Direito)

Juliana Aparecida Bispo Inácio (Psicologia)

Luana Almeida Souza (Serviço Social)

Luis Phelipe Silva Lopes (Direito)

Lucas Brito dos Santos (Direito)

Luana de Souza Silva Ribeiro Tiburcio (Serviço Social)

Mayara de Oliveira Brito (Jornalismo)

Rodolfo Coimbra Luciano (Direito)

## Sumário

---

1. <i>Apresentação</i> .....	5
2. <i>Relatório</i> .....	6
2.2 <i>Informações Gerais</i> .....	9
3. <i>Protocolos Pendentes</i> .....	11
4. <i>Balanço Semestral</i> .....	13
4.1 <i>Apresentação dos dados</i> .....	13
5. <i>Lei de Acesso à Informação (LAI)</i> .....	21
6. <i>Dados abertos e sua inerência à transparência pública</i> .....	22
7. <i>O papel da Ouvidoria do Parlamento na implementação da LAI.</i> .....	23

## 1. *Apresentação*

---

O presente relatório é o resultado do trabalho realizado pela Ouvidoria do Parlamento no que tange ao cumprimento da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação (LAI). É norteado pelo princípio da publicidade garantido no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Busca também cumprir os requisitos do Programa de Dados Abertos instituído pelo Ato Legislativo nº 1.156/2011 da Câmara Municipal de São Paulo e regulamentado pelo Ato da Mesa Diretora Nº 1.231/13.

Por meio da Ouvidoria Parlamentar e em conformidade com o Ato da Mesa Diretora Nº 1231/13, a Câmara Municipal de São Paulo **PUBLICA O RELATÓRIO MENSAL DE JUNHO DE 2016**, o qual disponibiliza informações relativas às tratativas das demandas do mês citado, recepcionadas no Sistema de Informação ao Cidadão e no Sistema de Atendimento da própria Ouvidoria Parlamentar.

A Ouvidoria é, assim, a porta de entrada para as solicitações relativas à LAI, assumindo também o gerenciamento dessas demandas e as tratativas no seu fluxo de atendimento. Para tanto busca criar ferramentas que possam dar maior agilidade ao atendimento das demandas que chegam ao Parlamento. A ferramenta para solicitar informações está no Portal da CMSP. Por este Portal o cidadão pode tirar suas dúvidas sobre a implementação da LAI no Poder Legislativo, assim como requisitar dados.

## 2. Relatório

---

No período de **JUNHO** de 2016, compreendido entre 01/06/2016 e 30/06/2016, foi registrado na Ouvidoria da Câmara Municipal de São Paulo o total de **26 (VINTE E SEIS)** demandas relacionadas à Lei de Acesso à Informação. No mês de JUNHO **NÃO HOUVE** solicitações passíveis de **CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA**, em conformidade com o artigo 23 da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 e com o Ato da Mesa Diretora nº 1.231/2013 da Câmara Municipal de São Paulo.

### 2.1 Demandas do Mês

Em **JUNHO** constatou-se a existência de demandas de origem Legislativas e Administrativas da Casa.

#### **Quadro 1. Assuntos relevantes do mês de JUNHO de 2016 – LAI**

- ✓ Solicitação de filmagem ocorrida em evento sobre Psoríase, realizado na Câmara Municipal entre os anos de 2013 ou 2014;
- ✓ Solicitação de relação dos Projetos de Lei da Câmara Municipal sobre os limites de velocidade no trânsito;
- ✓ Solicitação de informação sobre os suplentes que assumiram o mandato entre 2012 / 2016 e por quanto tempo assumiram, e porque assumiram;
- ✓ Solicitação de informação sobre emendas orçamentárias de vereadores aprovadas pela Câmara de Vereadores para as LOA's dos anos de 2013, 2014 e 2015;

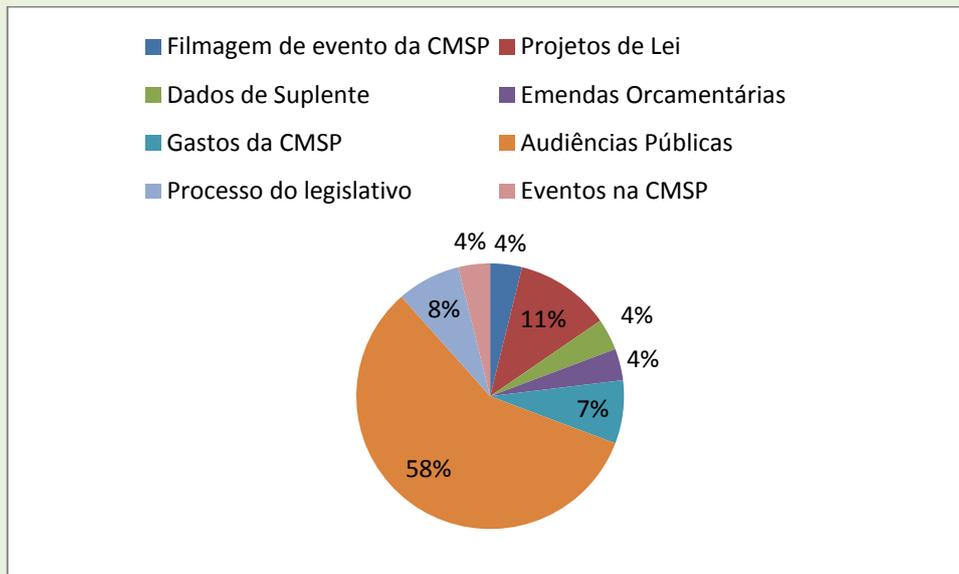
- ✓ Solicitação de informação sobre as propostas feitas e aprovadas pelos vereadores da Câmara Municipal, para dar nomes às ruas no ano de 2015 na cidade de São Paulo;
- ✓ Solicitação de informação sobre os benefícios recebidos pelos Policiais Militares que trabalham na Assessoria da Câmara Municipal de São Paulo;
- ✓ Solicitação de planilha de cada Lei que foi para votação em plenário e como cada vereador/bancada votou;
- ✓ Solicitação de cópia da lista de presença da audiência pública sobre lei de zoneamento na Lapa;
- ✓ Solicitação da lista completa de presença das reuniões realizadas de todas as Comissões do Processo Legislativo de 01/01/2013 a 31/05/2016, assim como de todas as Comissões Extraordinárias Permanentes de 01/01/2013 a 31/05/2016, lista completa de presença dos parlamentares nas audiências públicas ocorridas entre 01/01/2013 e 31/05/2016, e lista completa, exceção feita à Lei Orçamentária, em formato de planilha digital, dos projetos de iniciativa do Poder Executivo que, no período de 01/01/2013 a 31/05/2016 que foram sancionados e contaram com alterações sugeridas por parlamentares;
- ✓ Solicitação de cópia da lista de presença da audiência pública sobre a Lei de Zoneamento da Vila Mariana;
- ✓ Solicitação de cópia da lista de presença da audiência pública sobre a Lei de Zoneamento do Campo Belo;
- ✓ Solicitação de cópia da lista de presença da audiência pública sobre a Lei de Zoneamento do M'Boi Mirim;
- ✓ Solicitação de cópia da lista de presença da audiência pública

sobre a Lei de Zoneamento de Santo Amaro;

- ✓ Solicitação de cópia da lista de presença da audiência pública sobre a Lei de Zoneamento da Casa Verde;
- ✓ Solicitação de cópia da lista de presença da audiência pública sobre a Lei de Zoneamento da Cidade Ademar;
- ✓ Solicitação de cópia da lista de presença da audiência pública sobre a Lei de Zoneamento do Jaçanã;
- ✓ Solicitação de cópia da lista de presença da audiência pública sobre A Lei de Zoneamento do Ipiranga;
- ✓ Solicitação de cópia da lista de presença da audiência pública sobre a Lei de Zoneamento do Jabaquara;
- ✓ Solicitação de cópia da lista de presença da audiência pública sobre a Lei de Zoneamento de Pirituba;
- ✓ Solicitação de cópia da lista de presença da audiência pública sobre a Lei de Zoneamento da Freguesia do Ó;
- ✓ Solicitação de cópia da lista de presença da audiência pública sobre a Lei de Zoneamento do Aricanduva;
- ✓ Solicitação de cópia da lista de presença da audiência pública sobre a Lei de Zoneamento da Vila Prudente;
- ✓ Solicitação de cópia da lista de presença da audiência pública sobre a Lei de Zoneamento de Santana;
- ✓ Solicitação de informação sobre o patrimônio da Câmara Municipal, quantos veículos, entre frota e alugados, assim como sua distribuição, e os valores totais das despesas com tais veículos.

- ✓ Solicitação de informação sobre quantos e quais projetos foram aprovados nesta Legislatura em "Congresso de Comissões";
- ✓ Solicitação de informação sobre quantos e quais foram os eventos de cunho religioso realizados neste ano, até o fim de junho, e no ano passado na Câmara Municipal, e ainda a lista de todos os eventos citados, com as respectivas atas, ou links para ter acesso à íntegra do evento com as filmagens.

Gráfico 1. Diversidade de assuntos das demandas de **JUNHO**.



## 2.2 Informações Gerais

No banco de dados do SIC–Serviço de Informação ao Cidadão, gerenciado pela Ouvidoria, constatou-se a existência das seguintes informações gerais sobre as demandas do mês de **JUNHO**:

Tabela 1. SIC - Tipo de atendimento.

SIC – tipo de atendimento	JUNHO 2016
Presencial	01
Telefone	00
E-mail	01
Formulário Portal	24
Facebook	00
Carta	00
<b>Total</b>	<b>26</b>

Gráfico 2. SIC - Tipo de atendimento por gênero – JUNHO.

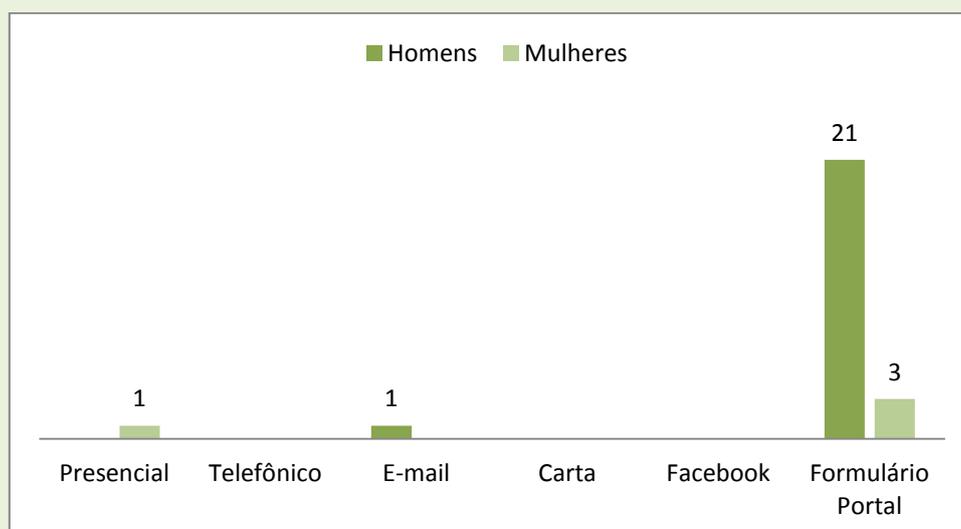
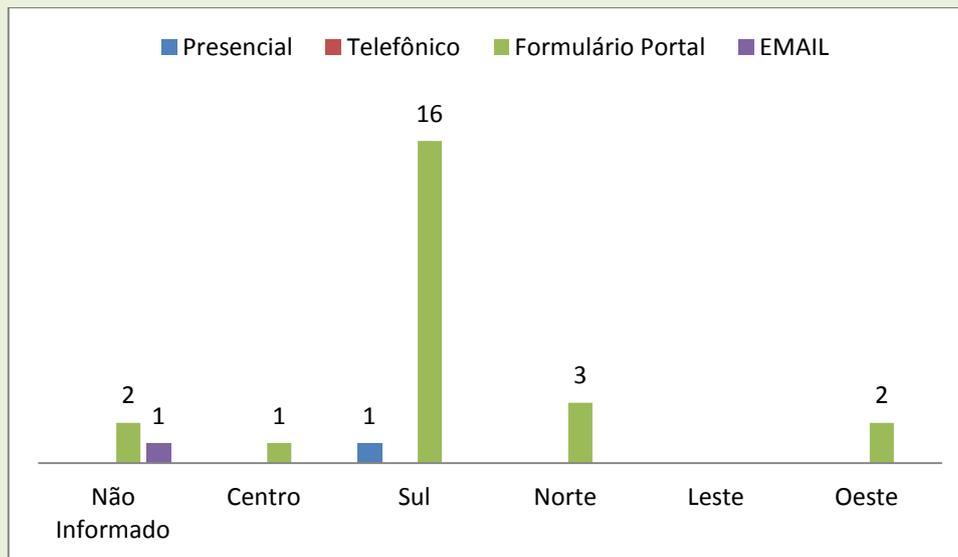


Gráfico 3. Modalidade de atendimento por região – JUNHO.



### 3. Protocolos Pendentes

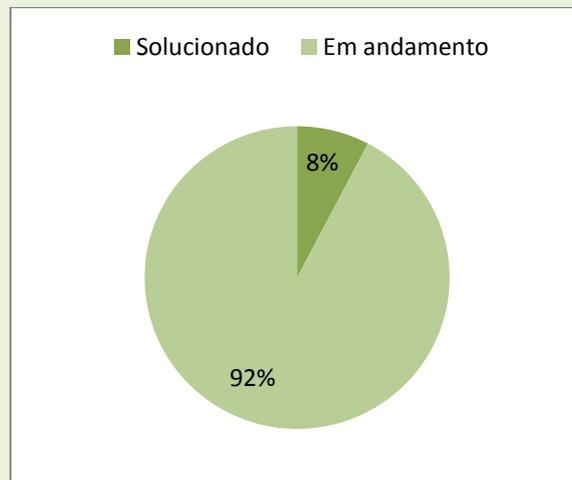
A LAI estabelece 20 dias como prazo máximo (com mais 10 prorrogáveis) para o atendimento das solicitações dos cidadãos, prazo que a Ouvidoria em parceria com os demais setores da Casa, busca cumprir rigorosamente. As **VINTE E QUATRO** demandas pendentes de **JUNHO** estão em análise pelos setores competentes.

Tabela 2. Protocolos Pendentes até 30-06-2016.

Protocolo	Assunto	Data	Data do encaminhamento para o setor	Período em aberto
10644	Informação sobre LAI	11/05/2016	15/06/2016	49 dias
11506	Informações mandato	06/06/2016	06/06/2016	24 dias
11887	Emendas Orçamentárias	15/06/2016	15/06/2016	15 dias
12070	Projeto de Lei nome de rua	20/06/2016	20/06/2016	10 dias
12095	Dados Assessoria PM	20/06/2016	20/06/2016	10 dias

<b>12152</b>	Projetos de Lei	21/06/2016	21/06/2016	09 dias
<b>12273</b>	Audiência Pública	24/06/2016	24/06/2016	06 dias
<b>12308</b>	Comissões	24/06/2016	24/06/2016	06 dias
<b>12314</b>	Legislação	27/06/2016	27/06/2016	03 dias
<b>12316</b>	Audiência Pública	27/06/2016	27/06/2016	03 dias
<b>12317</b>	Audiência Pública	27/06/2016	27/06/2016	03 dias
<b>12318</b>	Audiência Pública	27/06/2016	27/06/2016	03 dias
<b>12319</b>	Audiência Pública	27/06/2016	27/06/2016	03 dias
<b>12320</b>	Audiência Pública	27/06/2016	27/06/2016	03 dias
<b>12321</b>	Audiência Pública	27/06/2016	27/06/2016	03 dias
<b>12322</b>	Audiência Pública	27/06/2016	27/06/2016	03 dias
<b>12323</b>	Audiência Pública	27/06/2016	27/06/2016	03 dias
<b>12324</b>	Audiência Pública	27/06/2016	27/06/2016	03 dias
<b>12325</b>	Audiência Pública	27/06/2016	27/06/2016	03 dias
<b>12333</b>	Audiência Pública	27/06/2016	27/06/2016	03 dias
<b>12334</b>	Audiência Pública	27/06/2016	27/06/2016	03 dias
<b>12335</b>	Audiência Pública	27/06/2016	27/06/2016	03 dias
<b>12337</b>	Audiência Pública	27/06/2016	27/06/2016	03 dias
<b>12339</b>	Audiência Pública	27/06/2016	27/06/2016	03 dias
<b>12392</b>	Projeto de Lei	28/06/2016	28/06/2016	02 dias
<b>12445</b>	Eventos religiosos - CMSP	29/06/2016	29/06/2016	01 dia

Gráfico 4. Situação dos protocolos de **JUNHO**.



**João Cláudio Silva de Quintal**

Ouvidoria do Parlamento, 30 de Junho de 2016.

#### *4. Balanço Semestral*

---

##### 4.1 Apresentação dos dados

No período do semestre compreendido entre **04/01/2016** e **30/06/2016** foi registrado na Ouvidoria da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) o total de

Viaduto Jacareí, 100 - Bela Vista - São Paulo - SP  
CEP 01319-900 - Telefone (PABX): 3396-4000/ Ouvidoria: 08003226272  
<http://www.camara.sp.gov.br>

**59 solicitações de informações.** Nesse mesmo período houve 2 solicitações passíveis de CLASSIFICAÇÃO SIGILOSA, tratando-se de informação que afeta a segurança do prédio assim como dos funcionários, estando assim em conformidade com o artigo 23, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e com o **ATO Nº 1211/13 DE 07.02.13**. Quanto às demais, foram integralmente ATENDIDAS.

Analisando a distribuição dos atendimentos mensais (gráfico 5) no período, nota-se que o comportamento dos números apresenta a média de 9 atendimentos ao mês, contudo, verifica-se que o período apresenta a constatação de grande dispersão, havendo no mês de junho um aumento significativo na procura por informações da CMSP.

Quanto aos demandantes, 76% foram do sexo masculino, comparado ao ano de 2015 (88%), observamos, assim, o aumento do número de mulheres que procuraram informações no ano de 2016. Analisando a região de solicitação, observa-se que a maioria das solicitações (36%) foi de pessoas residentes na Zona Sul. Destacam-se as solicitações vindas de outros países como Portugal e Itália, assim como de outras cidades e estados: Suzano, Salvador, Santa Bárbara do Oeste e por fim Minas Gerais, Porto Alegre e Santa Catarina, somando 13% dentre o total de lugar de origem.

Destaca-se como meio para o pedido de informação o formulário do Portal, que alcançou 78%, percentual semelhante ao que em 2015 referia-se ao uso do e-mail (79%). Destaca-se também o fato de 90% terem sido de pessoas físicas contra 10% de pessoas jurídicas.

Pelo gráfico 10, nota-se que 68% das solicitações, em 2016, foram referentes a informações de atividades legislativas da CMSP contra 32% de atividades administrativas/financeiras. No ano anterior, em 2015, a situação foi mais equilibrada, apresentando 55% das solicitações relacionadas às atividades legislativas e 45% relacionadas às atividades administrativas. Os

anos de 2014 e 2013 apresentam também mais equilíbrio entre os tipos de solicitação quando comparados ao ano de 2016.

Por meio da análise qualitativa (gráfico 9), observam-se a diversidade e a qualidade das demandas que chegam à Ouvidoria utilizando-se da **Lei de Acesso à Informação** com destaque para as solicitações referentes a audiências públicas. Foram solicitadas listas de presenças de diversas audiências em diversos bairros de São Paulo, que foram promovidas em decorrência da discussão da revisão da Lei de Zoneamento.

Comparando as variações da tabela 3, nota-se que houve aumento significativo de 78% de solicitações do ano de 2015 para o ano de 2016. Os anos passados apresentam variações negativas, sendo este dado de variação positiva recebido com surpresa e satisfação por parte desta Ouvidoria.

Gráfico 5. Distribuição da quantidade de solicitações ao longo do período, mês a mês.

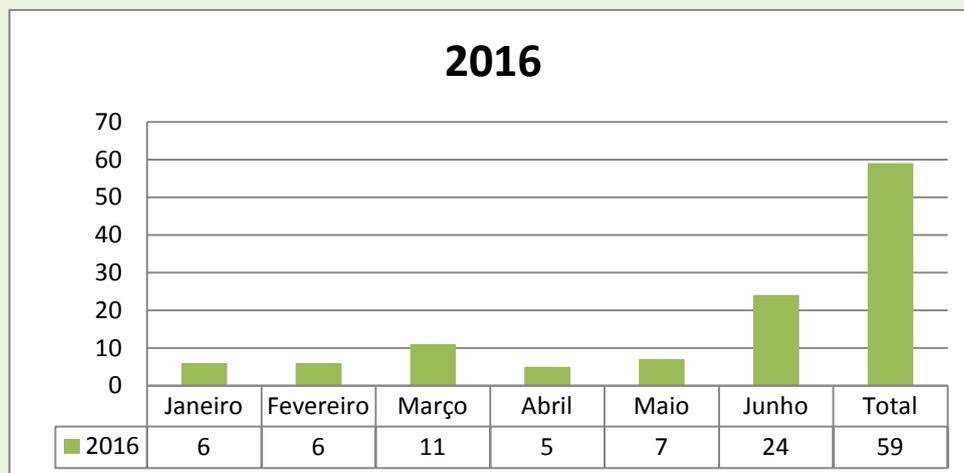


Gráfico 6. Distribuição das demandas no período segundo o meio de acesso

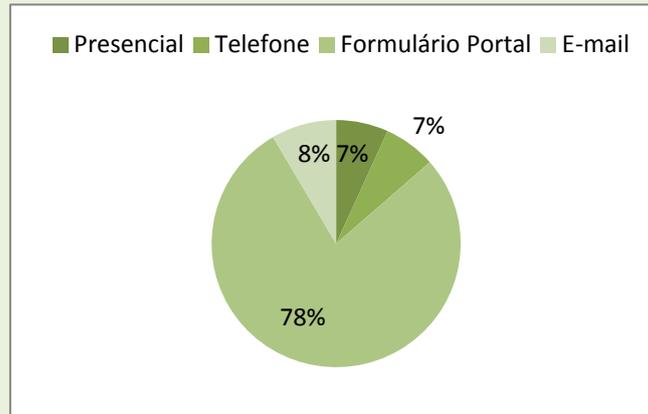


Gráfico 7. Distribuição dos solicitantes pelo gênero.

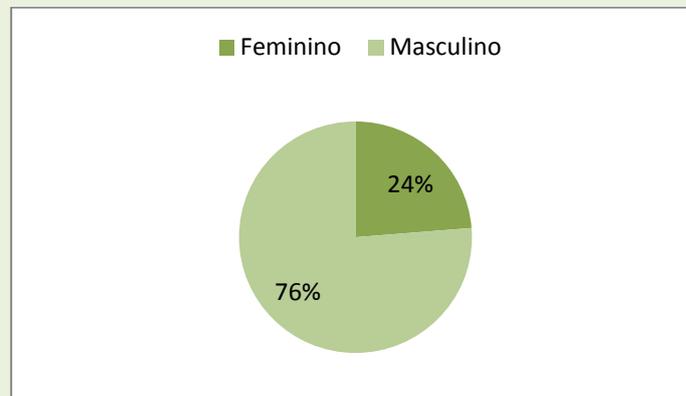


Gráfico 8. Distribuição das demandas por origem do solicitante no período.

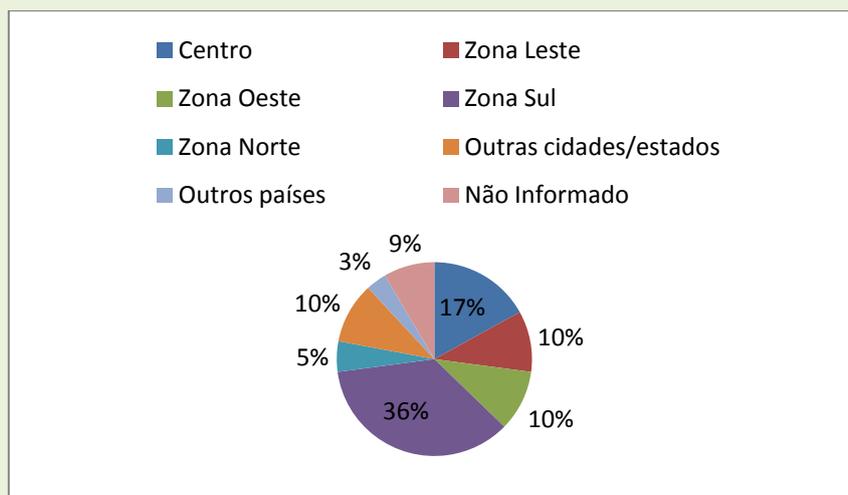


Gráfico 9. Diversidade de assuntos das demandas do 1º semestre.

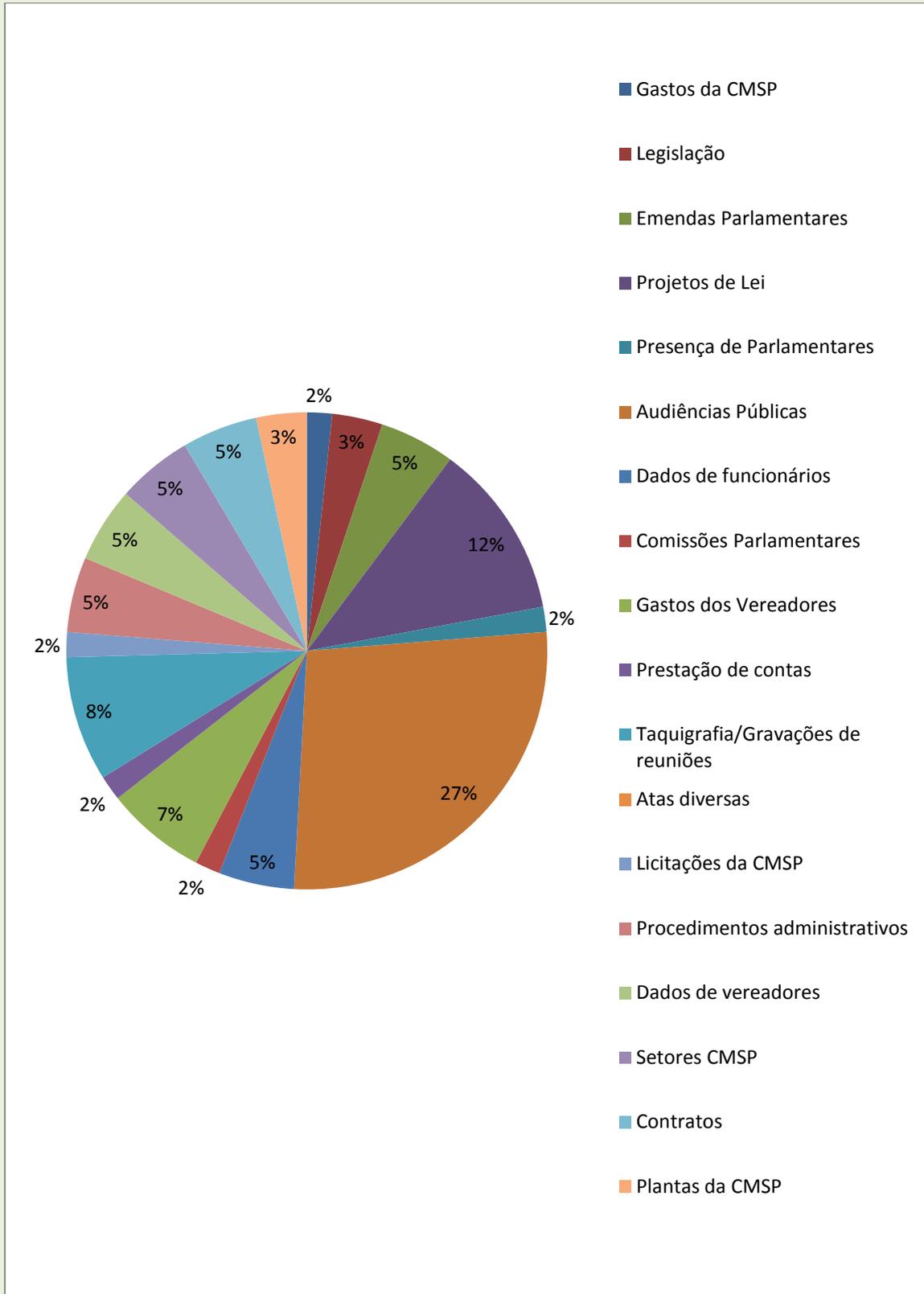


Gráfico 10. Comparativo da distribuição das demandas do 1º semestre pela quantidade informações solicitadas/classificação segundo a competência de diferentes atividades da CMSP e de assuntos não relacionados ao Poder Legislativo.

**Legenda:**

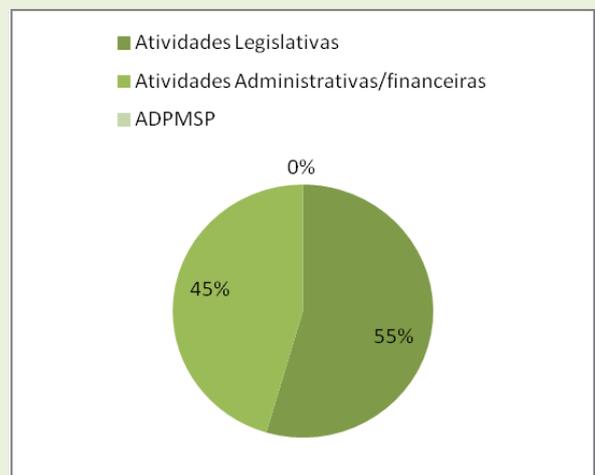
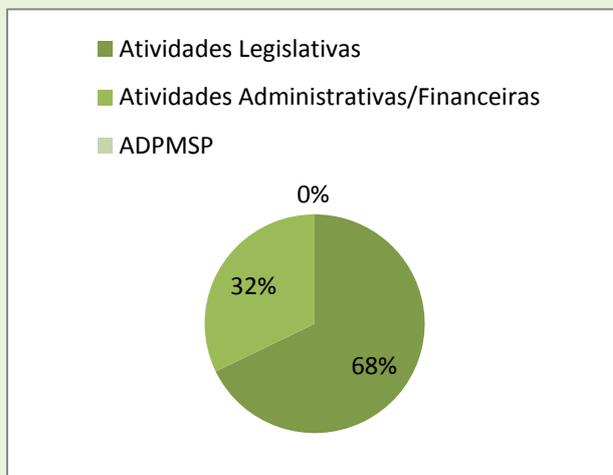
**Atividades legislativas:** compreendem informações de competência do Poder Legislativo no Município de São Paulo. Exemplos de informações solicitadas: sobre Comissões Parlamentares de Inquérito; audiências públicas; pareceres de comissões etc.

**Atividades administrativas/ financeiras:** informações processadas por setores meio da Casa. Exemplos: controle de pessoal; controle financeiro e contábil; folha de pagamento; gerenciamento do Portal da Câmara etc.

**Atividades administrativas/ financeiras PMSP:** assuntos relacionados ao Poder Executivo.

**2016**

**2015**



2014

2013

19

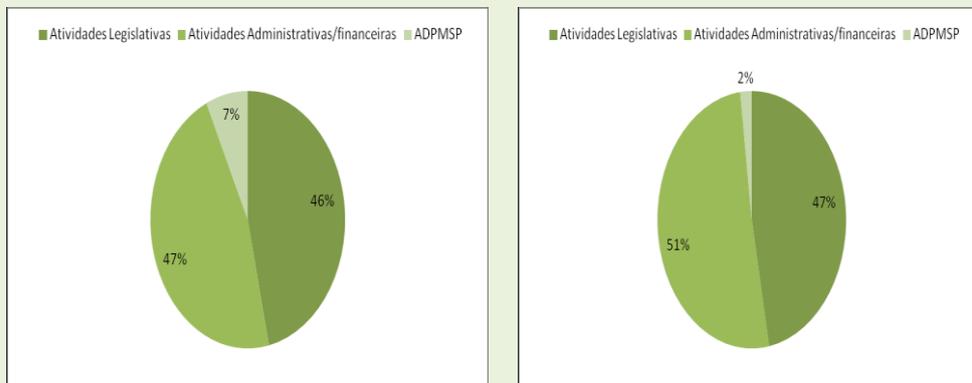


Gráfico 11. Distribuições entre tipos de solicitantes quanto à personalidade jurídica.

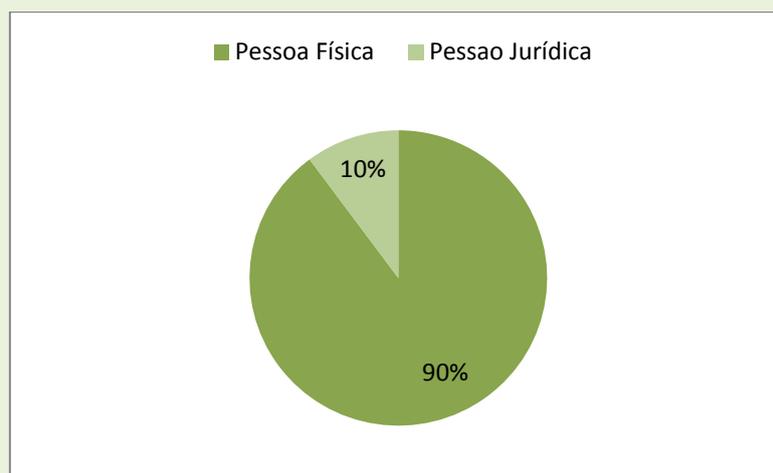


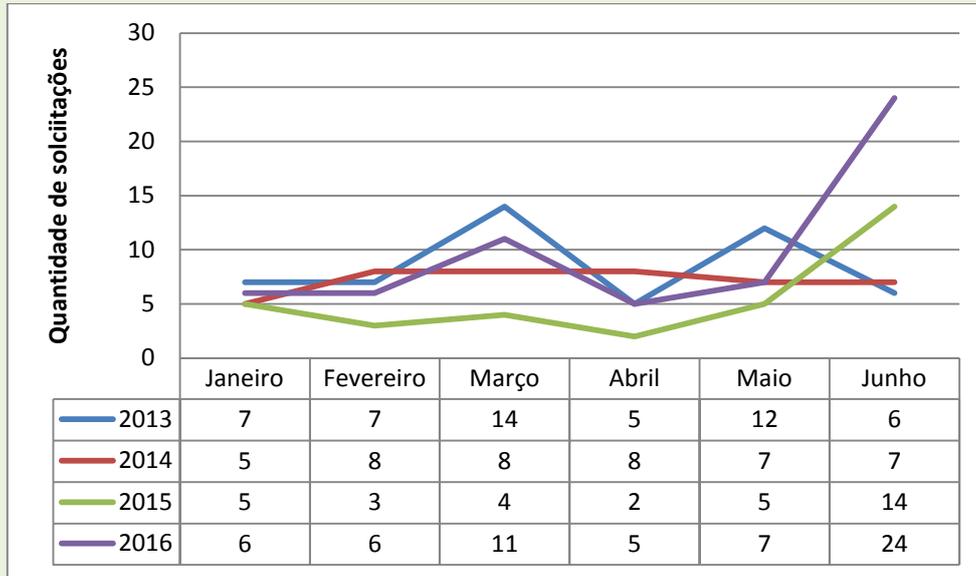
Tabela 3. Valores das variações no número de solicitações no 1º semestre dos anos de 2013 a 2016.

Ano	2013	2014	Var.%
Qtd de solicitações	51	43	-15,69%

Ano	2014	2015	Var.%
Qtd de solicitações	43	33	-23,26%

Ano	2015	2016	Var.%
Qtd de solicitações	33	59	78,79%

Gráfico 12. Comparativo dos primeiros semestres de 2013, 2014, 2015 e 2016.



## 5. Lei de Acesso à Informação (LAI)

---

Sancionada em novembro de 2011, a **Lei de Acesso à Informação (LAI)** obriga Municípios, Estados e União a tornarem público seus dados, admitindo o sigilo apenas como exceção. Com isso, ficou estabelecido que os órgãos públicos dos três poderes e das diferentes esferas governamentais, assim como órgãos da administração indireta e organizações que recebam dinheiro público, têm a obrigação de divulgar integralmente as informações de interesse público pela internet, cumprindo o princípio da transparência ativa.

Ao mesmo tempo em que prevê que os gestores publiquem seus dados de forma a facilitar o acesso a tais informações por parte da sociedade civil, a LAI criou mecanismos de transparência passiva, facultando a todo cidadão a solicitação de dados adicionais. Nesses casos, o prazo máximo estipulado pela LAI para que o cidadão obtenha a resposta desejada – ou para que o mesmo seja instruído a respeito da forma como poderá obtê-la – é de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias. A Lei garante ainda ao cidadão recursos em 1ª e 2ª instância.

A Câmara Municipal de São Paulo é pioneira entre as Casas Legislativas do País na implementação de uma política de transparência. O Portal da Transparência do Legislativo paulistano oferece amplo acesso a documentos sobre contratos, despesas e atividades parlamentares, assim como a possibilidade dos cidadãos requisitarem informações adicionais que não estejam sob sigilo.

Dessa forma, o interessado pode solicitar ao Parlamento toda informação que esteja sujeita a publicidade como: informações produzidas ou acumuladas por órgãos e entidades públicas; informações produzidas ou mantidas por pessoas físicas ou privadas que possuam vínculos com órgãos e

entidades públicas; informações sobre atividades de órgãos e entidades, inclusive suas políticas organizacionais e serviços; informações pertinentes ao patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitações e contratos administrativos; informações sobre políticas públicas, inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas.

O Ato legislativo nº 1.156/11 da mesa da CMSP dispõe sobre os padrões técnicos do formato aberto em que os dados devem ser entregues, segundo as definições adotadas pela Open Knowledge Foundation e pelo Consórcio W3C (World Wide Web Consortium, fundado por Tim Bernes Lee em 1994, que desenvolve recomendações para a produção de informação via web), instituições que são referências internacionais em dados abertos.

#### *6. Dados abertos e sua inerência à transparência pública.*

---

Falar de dados abertos tem se tornado cada vez mais comum no que tange à promoção da transparência pública, seja ela passiva ou ativa, pois para que haja a efetivação do controle social é preciso que se divulguem as formas pelas quais a sociedade pode exercer tal controle. Ter acesso à informação é, assim, uma das condições básicas para se exercer o controle social. Segundo a Constituição Federal, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Sendo assim, o Programa de Dados Abertos, instituído pelo Ato Legislativo nº 1.156/2011 da CMSP vem ao encontro da implementação da LAI ao determinar que os dados apareçam de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, além de estipular formatos abertos e que facilitem a análise. Os metadados (úteis para identificar, localizar, compreender e gerenciar os dados) também devem estar disponíveis, assumindo, assim, a CMSP a responsabilidade de garantir o princípio da publicidade das

informações de interesse público, entregando aos cidadãos dados em formatos abertos.

### *7. O papel da Ouvidoria do Parlamento na implementação da LAI.*

---

A Câmara Municipal de São Paulo instituiu, por meio da Lei 15.507/11, a Ouvidoria do Parlamento, com a missão de ser o canal de comunicação permanente e universal entre o cidadão e a Casa. Colocada a serviço do interesse público, a Ouvidoria colabora para a transparência das ações e para a formação de uma cultura que respeite os direitos humanos, promova a cidadania e a democracia.

Por meio da Ouvidoria as pessoas podem se manifestar, ajudando a manter o que está dando certo e sugestionando o que pode ser melhorado e aprimorado. Dessa forma, a Ouvidoria foi escolhida pela Casa para gerenciar o SIC-Serviço de Informação ao Cidadão, garantindo a qualquer interessado o acesso às informações, conforme o Artigo 5º do Ato da Mesa Diretora nº 1.231/13 da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo.

Conseqüentemente, em conformidade com o § 1º e § 2º do Artigo 30 da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, fica à disposição da sociedade a consulta pública dos dados na sede do Legislativo paulistano por meio da Ouvidoria do Parlamento.